

ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: A REAFIRMAÇÃO DO CARÁTER PÚBLICO PARA UMA FORMAÇÃO CONTINUADA EM SERVIÇO NOS INSTITUTOS FEDERAIS FRENTE AO AVANÇO DA PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO.

Arthur Rezende da Silva - Doutorando em Educação - Universidade Católica de Petrópolis - Rio de Janeiro

Marcelo Siqueira Maia Vinagre Mocarzel - Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Petrópolis - Rio de Janeiro

Introdução

Este trabalho é um desdobramento de pesquisa de doutorado, em andamento, cujo objetivo é investigar o que apontam as teses de doutorado sobre os desafios e possibilidades da implantação do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica (EMI à EPT) nos Institutos Federais (IFs). O objetivo deste texto é a realização de um inventário, por meio do Estado da Arte, sobre os desafios e possibilidades do EMI à EPT e a necessidade de reiterar o caráter público para uma formação continuada em serviço, sobre EMI à EPT, nos IFs, visto que o EMI e os IFs são um patrimônio da classe trabalhadora do Brasil. (RAMOS, 2021).

Os IFs, a partir da lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, representam uma política pública para a classe trabalhadora, principalmente, em relação à tentativa de romper a perversa dualidade histórica entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, assegurando, na referida lei, a oferta do EMI como prioritária, garantindo no mínimo de 50% de matrículas para os concluintes do ensino fundamental e para público da educação de jovens e adultos como público do EMI à EPT (BRASIL, 2008). O EMI tem como objetivo uma formação que contemple todas as dimensões do ser humano, combinando currículos com as práticas sociais, suplantando a mera aquisição de habilidades instrumentais (PACHECO, 2020).

A educação brasileira, tanto básica quanto superior, vem experimentando um avanço da privatização da gestão, dos currículos e da oferta (ADRIÃO, 2018). A formação dos servidores públicos tem sido alvo de grupos empresariais e seus braços sociais, fomentando o que Morgan e Mocarzel (2021) classificam como uma formação para a conformação com o ideário neoliberal. Assim, iniciativas institucionais, no eixo público-público, são formas de contrapor a lógica de mercado que insiste em operar nas redes municipais, estaduais e na rede federal.

Estado da Arte sobre as dificuldades de se efetivar o EMI à EPT

Para a realização de uma pesquisa do tipo Estado da Arte, Romanowski e Ens (2006) reforçam os procedimentos necessários, sendo um deles a “definição de descritores para direcionar as buscas a serem realizadas” (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p.43), além do “estabelecimento de critérios para a seleção do material que compõe o corpus do estado da arte” (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 43). Sendo assim, o descritor escolhido foi “Ensino Médio Integrado”, tendo sido realizada a consulta à base de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), por ser uma plataforma de amplo acesso dos acadêmicos em geral. Ao analisar os resumos das teses, foram observados os temas relativos ao Currículo do EMI; a tentativas de materialização do EMI; à concepção e práticas no EMI, à formação de professores relativa ao tema; I e, por fim, à implantação de EMI em algum Instituto Federal. Depois desse filtro, chegou-se a um total de 29 teses.

Uma Análise Textual Discursiva de teses de doutorado: quais os achados acerca do EMI à EPT?

Para analisar as teses selecionadas, a partir de seus resumos, foi utilizada uma metodologia de análise de dados qualitativos, a Análise Textual Discursiva (ATD). A ATD tem como objetivo depreender informações de natureza qualitativa com o intuito de gerar novas compreensões acerca dos fenômenos e dos discursos, ajustando-se entre os extremos da análise de conteúdo e da análise do discurso, diferenciando estas em virtude da atividade interpretativa e de natureza hermenêutica. (MORAES; GALIAZZI, 2016). A ATD auxilia na compreensão da realidade, da dialética. E nesse processo de criação e organização, segue o quadro 01 com um recorte do processo de categorização inicial e final a partir da unitarização.

Quadro 01: Recorte do processo de construção das categorias iniciais e finais.

Categorias iniciais	Categorias finais
---------------------	-------------------

Dificuldade do docente em entender a natureza conceitual, política, pedagógica do EMI	Urgência de uma política de formação continuada dos servidores, docentes e técnicos dos IFs, enquanto decisão institucional, nas bases conceituais, políticas, pedagógicas e organizacional do EMI.
Currículo criado para atender ao mercado de trabalho	
Resistência dos professores e alunos em relação à concepção de EMI.	
Formação continuada dos docentes em fundamentos e princípios do EMI	
IFs como possibilidade de formação politécnica mesmo com contradições	Os IFs enquanto locus privilegiado para a construção de um projeto politécnico embora todas as contradições internas existentes.
O EMI enquanto possibilidade para a classe trabalhadora.	
Formação humana sustentável e emancipatória no EMI	
Decisão Institucional sobre a implantação do EMI.	

Fonte: Elaborado pelos autores

Considerações finais

O estado da arte e da ATD possibilita observar o quão necessário é a consolidação de pesquisas sobre o EMI. Uma das questões levantadas no estado da arte e na ATD é a necessidade de uma oferta institucionalizada de uma formação continuada em serviço nos IFs para a consolidação do EMI à EPT. Essa ausência de uma política institucionalizada compromete o fazer do EMI à EPT nos IFs. (CRUZ SOBRINHO, 2021)

Em relação os tensionamentos, fica evidenciado, no estado da arte e na ATD, que, diante dos ingressos de muitos professores e técnicos-administrativos na consolidação dos IFs, muitos desses servidores, não têm uma formação inicial sólida nesse campo pedagógico, muito menos, nos ambientes de trabalho nos IFs, ficando, essa formação, muito do desejo individual do servidor. Além disso, há um avanço das organizações privadas na disputa pela oferta de formação aos servidores públicos, sobretudo aos gestores e docentes, o que torna premente a necessidade de construção de ofertas via parcerias público-público.

O inventário realizado oportuniza provocações que podem ser objeto de futuras pesquisas, quais sejam: O professor, o gestor e o técnico dos Institutos Federais estão cientes de toda essa problemática, de todo esse planejamento neoliberal em torno do Ensino Médio, e não tão distante do EMI à EPT? Compreendem a sociedade de classes? Entendem que nossos jovens do Ensino Médio estão condenados a se tornarem “operários-avulso” (SEMERARO, 2021, p. 180) com a disseminação de um empreendedorismo que regula a vida do indivíduo, que aprofunda a alienação, intensifica o trabalho e oculta os instrumentos de exploração e desigualdade? (OLIVEIRA, 2023).

Referências

ADRIÃO, T. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. *Currículo sem Fronteiras*, v.18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018. Disponível em:

<https://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1/articles/adriao.pdf>

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Seção 1, p. 1

CRUZ SOBRINHO, S. A formação continuada em serviço nos institutos federais na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica: um trabalho pedagógico necessário. In: FERREIRA, L. S.; ANDRIGHETTO, M. J; MARASCHIN, M. S.; CALHEIROS, V. C. (org.). **Trabalho pedagógico na educação profissional e tecnológica em diferentes contextos: desafios e reflexões** (volume 2). Curitiba: Editora CRV, 2021. p. 265-289

MORAES, R.; GALIAZZI, M. C. **Análise Textual Discursiva**. Ijuí: Unijuí, 2016.

MORGAN, K.; MOCARZEL, M. Formação para a conformação? Uma análise das redes da Fundação Itaú Social na implementação da BNCC. **Interfaces da Educação**, v. 12, n. 35, p. 1039–1064, 2021. Disponível em:

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/5979>

OLIVEIRA, T. F. Barbárie neoliberal e a escola: a formação de empreendedores para um mundo sem direitos e sem emprego. **Revista Trabalho Necessário**, v. 21, n. 44, p. 01-24, 13 abr. 2023 Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/57268>

PACHECO, E. Desvendando os institutos federais: identidade e objetivos. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 4, n. 1, p. 4-22, 2020. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/575>

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Revista diálogo educacional**, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189116275004.pdf>

RAMOS, M. N. O ensino médio integrado e a educação profissional e tecnológica. In: CAETANO, M. R.; PORTO JÚNIOR, M. J.; CRUZ SOBRINHO, S. **Educação Profissional e os desafios da formação humana integral**: concepções, políticas e contradições. Curitiba: CRV, 2021. p. 6-76.

SEMERARO, G. **Intelectuais, educação e escola**: Um estudo do caderno 12 de Antonio Gramsci. São Paulo: Expressão Popular, 2021.